

22 FEV 1987

OSVALDO PERALVA

A moratória, que vem de ser anunciada pelo presidente José Sarney constitui, como ele mesmo afirma, "uma decisão de grave importância para a história do Brasil". Talvez até para a história dos povos do Terceiro Mundo, principais personagens do drama do endividamento externo.

O ato envolve sérios riscos, até porque os credores são poderosos e matreiros, a despeito da constatação, na primeira página de O Estado de S. Paulo, edição de ontem, de que os banqueiros pareciam resignados. De outro lado, fala-se em retaliação. De que tipo?

Não é imaginável a apreensão de navios ou aviões brasileiros em portos e aeroportos no Exterior. Seria o desencadeamento da guerra, e até um cabo de esquadra sabe que não teria sentido tático empregar um regimento em operações de patrulha. A isso equivaleria. Depois, como País soberano, o Brasil teria capacidade de revidar. O risco seria recíproco.

Além do mais, há uma verdade meio cínica, de John Maynard Keynes, que é melhor citar em inglês, por via das dúvidas: "If you owe your bank manager a thousand pounds, you are at his mercy; if you owe him a million pounds, he is at your mercy". Tradução livre: se você deve aos banqueiros internacionais cinco bilhões de dólares, fica à mercê deles; se deve mais de cem bi-

lhões, eles é que ficam a sua mercê.

O que aconteceu ao México em agosto de 1982 é ilustrativo. Tinha a segunda maior dívida do mundo, pois a nós já cabia o privilégio da primeira. Ao declarar moratória, os credores entraram em pânico. Mas em lugar de se lançarem atropeladamente sobre bens mexicanos nos Estados Unidos, refizeram-se do susto e com a devida sensatez trataram de ajudar o cliente em dificuldades a superá-las.

Só que essa ajuda de emergência não foi incondicional, e aí é que veio uma espécie de retaliação. Exigiram que o governo mexicano se orientasse pelas diretrizes do FMI. Foi um desastre: veio a recessão, um milhão de desempregados a mais, elevada para 50% da população economicamente ativa a taxa de desemprego e subemprego. De 1982 a 1984, o poder de compra dos salários reduziu-se em 40%, centenas de empresas abriam falência, numerosos projetos governamentais ficaram paralisados, o peso teve de ser violentamente desvalorizado em relação ao dólar.

Por infeliz coincidência, o Brasil estava então sem reservas cambiais. E a moratória mexicana indispôs os banqueiros estrangeiros a

novos empréstimos ao Brasil. Resultado: também passamos a sofrer um tipo de retaliação. Em 26 de novembro daquele ano, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, anunciava em Genebra que o Brasil recorreria ao Fundo Monetário Internacional. Em verdade, uma missão do FMI já se achava em Brasília.

Dai por diante, sabe-se o que aconteceu. O povo sabe na própria pele. O governo Figueiredo comprometeu-se a retirar subsídios a certos produtos, conter o crédito, desvalorizar o cruzeiro, e assim por diante. Assim, recebeu dinheiro novo. Em fevereiro de 1983, veio a maxi-desvalorização do cruzeiro em 30%. Em julho, decreto limitando os reajustes salariais a 80%, o que significava o empobrecimento sistemático dos assalariados em 20%, a cada seis meses, por decreto. Recessão. A economia e a questão social agravaram-se bastante.

A moratória agora decretada tem consequências que só o futuro mais ou menos imediato poderá apontar. Algumas coisas, porém, são óbvias. Segundo a palavra do Governo, dispomos de quase quatro bilhões de reservas cambiais, representando um ponto importante de superioridade em relação a 1982. Naquele ano produzíamos apenas 26% do

nosso consumo de petróleo, contra 50% hoje em dia. Nesse período, os gastos com a importação de petróleo caíram de 9,6 bilhões de dólares para 3,8 bilhões.

Finalmente, naquela ocasião o Brasil teve de submeter-se aos ditames de um órgão manipulado pela grande finança internacional, enquanto desta vez o Governo adotou uma decisão soberana.

A situação econômico-financeira do País não se resolve, evidentemente, com essas providências. Pode-se até indicar toda uma série de falhas e erros na conduta governamental dos últimos meses, para desembocar na necessidade da moratória. Mas é inquestionável que, confrontado com uma realidade bastante grave, o Governo teve a previdência de agir enquanto ainda era tempo, antes que se esgotasse, como ocorreu em 1982, seu estoque de reservas cambiais.

O Presidente da República declarou que medidas de contenção de gastos públicos seriam levados à prática, como um dos meios para aliviar a situação criada e para que, com um programa saneador das finanças e de estímulo às exportações, voltem as condições indispensáveis ao desenvolvimento da economia. Em bases mais sãs, porque mais estáveis. A sociedade tem o direito e o dever de cobrar do poder público o cumprimento do programa.